

CERTIDÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA VITÓRIA

Assunto: Inexigibilidade de Licença Ambiental

Em resposta à **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA VITÓRIA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 13.912.506/0001-19, o **Secretário Municipal do Meio Ambiente do Município de Santa Maria da Vitória - Ba**, no exercício de suas atribuições legais, que lhes foram outorgadas pelo Decreto Municipal nº 6.374/2026, Lei Municipal nº 778, de 25 de novembro de 2009, e segundo a Resolução CONAMA nº 237/1997, a Lei Complementar nº 140/2011, Lei Estadual nº 10.431/2006, aprovada pelo Decreto Estadual nº 14.024/2012 e suas alterações, Resolução CEPRAM nº 4.327/2013 e a Resolução CEPRAM nº 4.579/2018; e ainda considerando o que consta no Processo SEMMA nº 010/2026, informa que a atividade de **Construção de Praça com área de lazer, na Rua Arnaldo Pereira, no Bairro Malvão, sede do Município de Santa Maria da Vitória - Bahia, NÃO está sujeita ao Licenciamento Ambiental**, uma vez que a supracitada atividade não consta no Anexo I, da Resolução CEPRAM nº 4.579/2018, tampouco no Decreto Estadual nº 16.963, de 17 de agosto de 2016, sendo passível, portanto, de **Certidão/Declaração de Inexigibilidade de Licença Ambiental**.

A Inexigibilidade de Licenciamento Ambiental aqui declarada, **COM VALIDADE DE 01 (UM) ANO**, não isenta a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA VITÓRIA** do cumprimento das legislações e normas ambientais vigentes, nem da fiscalização exercida pelos Órgãos Ambientais da esfera Federal, Estadual e Municipal, devendo, ainda, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA VITÓRIA** cumprir aos seguintes procedimentos e medidas de controle:

1. Armazenar e destinar os resíduos sólidos, e, principalmente, quaisquer resíduos perigosos ou que possam causar danos aos trabalhadores e ao meio ambiente, em conformidade com as normas vigentes, sendo proibida a queima a céu aberto ou em recipientes, instalações ou equipamentos não adequados, assim como o lançamento *in natura* a céu aberto; e



2. Fornecer e exigir o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) aos trabalhadores da obra, conforme NR 6 do Ministério do Trabalho, bem como cumprir as demais normas trabalhistas.

Santa Maria da Vitória, 13 de maio de 2026.



Amário dos Santos Santana
Secretário Municipal do Meio Ambiente

Decreto Municipal nº 6.374/2026